



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EMISSÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 21/06/2012.

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, às dezenove horas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT para debater a emissão de alvarás de construção. O Deputado Rôney Nemer, Presidente da CDESCTMAT, convidou para compor a Mesa a arquiteta Estela Oton de Lima, representando a Companhia Imobiliária de Brasília, TERRACAP; a arquiteta Eliana Bermudez, representando o nosso Vice-Governador, Tadeu Filipelli; o Sr. João Carlos Oliveira, representando o Ibram e a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; a Deputada Eliana Pedrosa; o Sr. Raimundo Miranda da Silva, representando a Secretaria de Governo; o Sr. Francisco Machado, representando a Coordenadoria das Cidades; o arquiteto João Gilberto de Carvalho Accioly, representando o Sinduscon. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença do Sr. Roberval Mancilha Scarpa, representando o Diretor Presidente da CEB, Rubem Fonseca Filho; da representante da Novacap, Sra. Rafaela Antunes; do Sr. José Alves Bezerra, do Detran, representando o Sr. Wilson Xavier; do representante do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal, tenente-coronel Edgard Sales Filho; do Vice-Presidente do IAB/DF, Sr. André Bello, representando o Presidente Paulo Henrique Paranhos; e do Sr. Fernando Gontijo, da Associação Brasileira dos Construtores – Asbraco. O Deputado Rôney Nemer informou que a audiência pública se deu em razão da informação fornecida por alguns empresários do setor de construção de que havia processos parados nas administrações regionais e em outros órgãos, como Ibram e Corpo de Bombeiros. Quanto à dinâmica da audiência, disse que primeiro as pessoas fariam e, depois, os membros do governo dariam a resposta. Agradeceu a presença do administrador do Recanto das Emas, Sr. Stênio Pinho; do Sr. Pettinati e do Sr. José Paulo Gonçalves, da Coordenadoria das Cidades; do Sr. Leone Affonso Soares, do Corpo de Bombeiros de Samambaia; do Sr. Luís Carlos Peixoto da Cruz e do Sr. Rogério Santos Soares, do Corpo de Bombeiros; e do Sr. Adriano Marrocos. Passou-se a palavra ao Sr. Valdemir Hass, Presidente da Associação Comercial e Industrial do Núcleo Bandeirante. Ele sugeriu a unificação dos procedimentos nas Administrações. Segundo ele, quando se vai à Administração de Brasília para solicitar um alvará, é uma coisa; no Varjão ou em Santa Maria, é outra coisa. Disse que as empresas sem alvará chegam ao banco e não conseguem recurso. Ele ouviu do gerente que existe FCO sobrando, mas as empresas não conseguem se habilitar, por falta de alvará. O Deputado Rôney Nemer registrou a presença do Deputado Siqueira Campos, do Sr. Tony Malheiros, do CAU, Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), e do Sr. Advair Carlos Ciqueira, Administrador Regional do Itapoã. Passou-se a palavra ao Sr. Marcelo Pinho, representante de algumas construtoras. Ele falou das dificuldades que o setor enfrenta para aprovar os projetos e acredita que o problema esteja na origem, pois o loteador é a Terracap e a lei federal é clara: quem loteia deve fazer os estudos. Afirmou que hoje não se pode construir no lote que foi vendido. Questionou a especulação noticiada na mídia e disse que imóvel em Brasília sobe acima da inflação. Trabalha-se com margem apertada de lucro e a concorrência com outros grupos de fora é grande. O Sr. Marcelo Pinho disse que não tem que fazer o trabalho da Terracap, que não tem que ir ao Detran para fazer RIT (Relatório de Impacto de Trânsito). Se Samambaia é onde se vendem mais lotes e onde mais se precisa de analistas de projetos, perguntou por que existe o mesmo número de analistas que o Lago Sul e o Lago Norte e se seria possível transferir arquitetos para o bairro com mais projetos para analisar. Ele ressaltou a importância do setor de construção civil na geração de empregos: 30% dos moradores de Ceilândia e 40% dos moradores de Samambaia trabalham no setor. E acrescentou que para se obter o habite-se também se enfrenta problema; haveria necessidade de mais pessoas em alguns órgãos públicos. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença do Major Pablo Alcides, do Corpo de Bombeiros; do Sr. José Antônio, do Sinduscon; do Sr. Guilherme de Siqueira Barros, do



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Sinduscon; do Sr. Marco Lúcio, da Administração do Recanto das Emas; do Sr. Sílvio Carlos Zamboni, da RA XXX; da Sra. Patrícia Guimarães Garcez, da Coordenadoria das Cidades; e do Sr. Paulo Luís Santos de Araújo. O Deputado convidou para compor a Mesa o Deputado Siqueira Campos. Passou-se a palavra ao Sr. Guilherme, de uma construtora e representante de alguns grupos de empresa da construção. Ele comentou que e a Terracap deve decidir se é do governo, e então ela vende um produto que deveria ser acabado, ou se não é do governo, e tem que seguir a mesma regra das construtoras, de entregar projetos já feitos e consolidados. Afirmou que ocorre problema com a CEB. Quando se compra um terreno da Terracap, parte do dinheiro é para infraestrutura, que deveria ser feita antes de vender. Atualmente, tem que se insistir muito para garantir o repasse para a CEB. O Sr. Guilherme abordou a interpretação do código, sugeriu a criação de um comitê na Sedhab que interpretasse todas as questões e virasse jurisprudência. Também comentou sobre a caça a alvarás, iniciada no governo Arruda. Segundo ele, virou uma arma dos administradores. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença do Sr. Paulo Luiz Santos de Araújo, da Caesb; da Sra. Cristina Barros de Faria, de Águas Claras; do Sr. Valtércio de Almeida Batista, da Secretaria de Regularização de Condomínios, da Sra. Ana Lúcia Moreira, da UnB. Passou-se a palavra à Sra. Lúcia Ottoni, pioneira em Brasília e empresária há 38 anos. Ela falou do problema da Lei nº 766, dos puxadinhos. Sobre o alvará de construção, disse que tem uma lei há três anos e questionou o motivo de ela não ter sido implementada. Afirmou que faltam analistas de projetos e que ocorre divergência de interpretação entre analistas. Também comentou sobre a o problema de remanejamento de redes na CEB. O art. 12 da Lei nº 766 diz que é obrigação do Poder Público remanejar as redes e enviar, se necessário, a conta aos proprietários ou inquilinos. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença de Gislaíne Silva, da Fibra; Raná Sousa de Menezes, da Assessoria Parlamentar do Sinduscon; Luis Marinho de Moraes Neto, representante do administrador do Varjão. Passou-se a palavra ao Sr. Antônio José Carvalho, Presidente da Associação de Moradores da Vila Telebrasil. Ele informou que a Vila Telebrasil conseguiu a regularização depois de cinquenta anos e que, atualmente, com a NGB em vigor, ninguém consegue alvará para construir. Acrescentou que há dificuldade também em obter o habite-se. Passou-se a palavra ao Sr. Magalhães, que trabalha na construção civil e representa um grupo de empresas. Ele disse que há três anos não consegue regularizar nenhuma obra em Brasília e que existe insegurança causada pelo fato de os analistas terem receio de assinar a aprovação de projeto. Com o habite-se também acontece o mesmo, o resultado da vistoria depende da equipe que faz o serviço. E quando se vai tirar o habite-se, existem entraves com as concessionárias, problema de dinheiro e pessoal. Passou-se a palavra ao Sr. Eduardo, diretor de empresa de construção civil. Ele disse que o maior problema, atualmente, do setor imobiliário é uma interpretação completamente equivocada da legislação sobre relatório de impacto de trânsito. Defendeu a exigência do relatório para o empreendimento que seja polo gerador de tráfego. Segundo o Sr. Eduardo, o Detran possui três engenheiros para analisar todos os empreendimentos residenciais. E a interpretação da lei é: se a habitação não for unifamiliar, exige-se estudo de impacto de trânsito. Ele reclamou dos problemas para obter o habite-se, pois a CEB não tem capacidade para ligar o prédio. Quanto à aprovação do projeto, criticou a reanálise e reprovação de projetos, quando a edificação já foi toda comercializada. Por fim, sugeriu que a cidade se desenvolva com planejamento, com segurança jurídica e dentro da legalidade. O loteador faz RIT, a Terracap recebe o dinheiro e paga a CEB para ligar as obras. Se a empresa cumprir todos os ritos legais previstos no Código de Edificações, que haja emissão da aprovação de projeto, do alvará de construção e do habite-se. O próximo a falar foi o Sr. André, que possui uma construtora. Ele afirmou que, desde o governo Arruda, o setor sofre muito com a insegurança jurídica. Houve cassação de alvarás de construção por decreto. Mencionou que existem problemas em vários órgãos – Terracap, Detran, CEB, Caesb e Bombeiros. Sobre os empregos gerados, disse que até 2011 a empresa tinha setecentos funcionários diretos e mais uns trezentos funcionários indiretos como mão de obra terceirizada. Atualmente, conta com cerca de 350 funcionários diretos e mais uns 200 funcionários terceirizados. Até o final do ano, se não aprovar mais nada, a empresa terá em torno de 100 a



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

150 funcionários e, talvez, uns 70 funcionários terceirizados. A solução encontrada para a não aprovação de projetos foi ir para outros estados. Passou-se a palavra ao Sr. Fabrício, representante de uma construtora. Ele criticou a exigência do RIT, compra-se um lote legalizado na Terracap e se precisa de um RIT para saber se vai impactar a região. Quis saber o motivo de o Noroeste, bairro recente, ter necessidade de RIT para liberação dos projetos. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença das seguintes pessoas: Diretor de Fiscalização de Obras da Agefis, Sr. Airton Lira; Sr. Leandro, do Sinduscon; Sr. André Oliveira, de Brasília; Sr. Aleixo Anderson, da Universidade de Brasília; Sra. Juliane, jornalista do CorreioWeb; Sra. Mirena Felipe Melo, geóloga; Sr. José Roberto Seno, da Associação Nacional dos Servidores Públicos; Sr. Odileston Pinho Lopes, do Restaurante Coisas da Terra; Sra. Maristela Pinho, esposa do Administrador do Recanto das Emas, Sr. Stênio Pinho; Sr. Luís Carlos de Oliveira, da Sociedade Alteca; Sr. Solón Ferrina dos Santos, da Vila Telebrasília; Sra. Ana Sérgia Souza Castro, da Vila Telebrasília; Sra. Maria Rosineide Peixoto Souza, da Associação dos Moradores da Telebrasília; Sr. Antônio José Carvalho, da Associação dos Moradores da Telebrasília; Sr. José Clóvis, de uma empresa de Taguatinga; Edi Ferreira Leite e Célio Antônio de Melo, da Miami Presentes; Sr. Luis Calco, do Clube Unidade da Vizinhança; Sr. Sérgio Clemente da Silva, do Setor Comercial Sul Empreendimentos e Participações Ltda.; Sr. Lacerda da Rocha, da Elétrica 109; Sr. Paulo Castanheira, do Lago Sul; Sr. Marcelo Pinho, empresário; Sr. Alex Martins, da Galeteria Gaúcha. Em seguida, o Deputado leu o e-mail do Sr. Paulo Castanheira, que afirma: “Conforme estimativa do mercado imobiliário e da construção civil formal do Distrito Federal, há um volume de aproximadamente 20 milhões de metros quadrados de construção que estão na iminência de serem lançados, gerando mais de 17 mil empregos, e que só não foram comercializados por falta de alvará de construção e demais licenças nas concessionárias”. Passou-se a palavra ao Sr. Fernando Costa Gontijo, Diretor de Incorporação da Asbraco. Ele disse que causa grande preocupação quando um empresário prevê redução no número de funcionários de 50% ou mais por interferência do Estado. E os empresários são colocados como vilões. Afirmou que existem leis em excesso. A NGB já define a altura, o afastamento. Não há necessidade de se definir a dimensão da janela, o percentual da rampa. Concedeu-se a palavra ao representante do Sinduscon, o Sr. João Gilberto de Carvalho Accioly. Disse que tem tentado acompanhar o processo complexo de revisão de leis e normas. Depois do PDOT, vem o processo do PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, da LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo e a revisão do Código de Edificações, que são fundamentais, mas estão demorados. Afirmou que, além da falta de pessoal, é necessário preparar melhor os técnicos e estruturar melhor a administração, todos os órgãos, a Sedhab, a Coordenaria das Cidades. Passou-se a palavra ao Superintendente de Atendimento da CEB, Sr. Roberval Scarpa, representando o Presidente da CEB, Sr. Rubem Fonseca. Disse que os empresários estão corretos e existe grande dificuldade de liberar a carta de habite-se e de executar a infraestrutura para o atendimento aos empreendimentos. Além da demora no repasse das verbas da Terracap, por ser uma empresa pública, a CEB é regida pela Lei nº 8.666. Nem todo material em estoque atende à demanda das obras e isso atrasa a entrega dos apartamentos. Passou-se a palavra ao representante do Detran, Sr. Wilson Xavier, Diretor de Engenharia e representante do Diretor-Geral do Detran, Sr. José Alves Bezerra. Disse que o órgão passa por momentos difíceis, conta com um arquiteto, o chefe do núcleo, e dois engenheiros, responsáveis não apenas pela análise de RITs, mas pela análise de todos os projetos de trânsito do DF. Por fim, disse contar com o apoio de todos para se obter mais profissionais para o Detran. A Deputada Eliana Pedrosa perguntou se havia um banco de concursados. O Sr. Wilson Xavier respondeu que o órgão deve receber mais cinco engenheiros até 15 de julho e que houve concurso. Informou que, relativamente à frota, o número de profissionais do Detran é vinte vezes menor que em São Paulo. A Deputada Eliana Pedrosa perguntou sobre o número necessário de profissionais para atender à demanda. O Sr. Wilson Xavier informou que recebe da sociedade cerca de quarenta demandas por dia e se dá prioridade ao que é mais importante. O Deputado Rôney Nemer esclareceu que, quando se projeta uma cidade, existem especialistas em tráfego. Ele acredita que houve uma banalização do RIT, criar dificuldade para vender facilidade. Passou-se a palavra



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

ao representante do IAB, Sr. André Belo. Afirmou que há uma carência de profissional técnico e que há dificuldade em fornecer as condições para que os profissionais desempenhem plenamente as funções. Sempre que for convocado, o IAB pretende contribuir com sugestões, principalmente na contratação de profissionais por meio de concurso público. Concedeu-se a palavra ao Major Pablo, do Corpo de Bombeiros Militar. Informou que o Corpo de Bombeiros, para projetos de arquitetura abaixo de 1.200 metros quadrados, realiza atendimento de forma imediata, na presença do autor do projeto ou do proprietário; para projetos acima de 1.200 metros quadrados, há um esforço de padronizar as análises, publicar os *checklists* e tentar diminuir o tempo de resposta. Quanto à necessidade do mercado por agilidade, disse que o órgão está à disposição para tentar melhorar o serviço. O Deputado Siqueira Campos perguntou ao major se as normas para concessão de alvará são claras e se os alvarás concedidos no início do projeto não devem ser apenas comparados para saber se mantêm as mesmas condições apresentadas. O Major Pablo respondeu, com relação ao alvará de construção, que cabe ao Corpo de Bombeiros a análise de arquitetura. Para o habite-se, têm que se aprovar os projetos de instalação. O Código de Edificações diz que, após o alvará de construção ser emitido, tem-se até sessenta dias para aprovar o projeto de instalação. Mas, na maioria das vezes, a pessoa só vê a necessidade de aprovar o projeto de instalação no momento de tirar o habite-se. O major informou que, atualmente, o prazo máximo para realização de vistoria para habite-se é de uma semana. Afirmou que há um problema de formação dos arquitetos e engenheiros na área de segurança contra incêndio. Sobre as vistorias, informou que a instrução normativa que atualmente rege o serviço de vistoria diz o seguinte: “A responsabilidade da primeira vistoria é da primeira equipe. A segunda equipe deve se ater às exigências da primeira vistoria”. A Deputada Eliana Pedrosa perguntou se o pedido de vistoria deve ser feito pessoalmente ou se pode ser pela internet. O major informou que está no cronograma do órgão a aquisição de *software* que permita fazer o pedido pela internet, mas sem data definida para entrar em funcionamento. Passou-se a palavra ao Sr. Paulo Castanheira. Ele afirmou que ficou preocupado ao receber documento que dizia que 20 milhões de metros quadrados estavam represados e que isso geraria mais de 17 mil empregos. Sugeriu que, com as facilidades atuais de informática, cada projeto fosse monitorado para se saber os pontos de retenção. Concedeu-se a palavra ao Sr. João Carlos Oliveira, assessor especial do Ibram e da Semarh. Ele comentou sobre a força-tarefa criada por decreto. Conta-se com funcionários da CEB, Caesb, Novacap e Terracap para agilizar os processos. Foi criada, recentemente, uma instrução específica para empreendimentos imobiliários, para que o técnico tenha segurança e tranquilidade na análise. Passou-se a palavra à representante da Terracap, Sra. Estela Oton de Lima, arquiteta. Ela disse que a Terracap é tida como vilã dentro do governo. Sobre o Noroeste, informou que foi indicado um gerente de projeto para acompanhar habite-se e legislação. O habite-se só sairá após a licença de operação, depois de toda infraestrutura colocada. Afirmou que, no final do governo passado, havia na Administração de Brasília quatro arquitetos para 250 projetos. Ela chamou os empresários e pediu para ajudar a sensibilizar o Poder Executivo para aumentar esses cargos. A arquiteta criticou a rotatividade nas administrações regionais. O arquiteto começa a se formar e, quando ele tem segurança no tratamento da legislação, é imediatamente puxado para outro setor. Ela crê que a rotatividade se dê pela falta de um plano de cargos e salários de arquitetos e engenheiros. A Deputada Eliana Pedrosa lembrou que foi mencionado sobre o que é pago à Terracap e que ela atrasa o repasse à CEB. Perguntou se a Terracap tem um regimento interno que determine esse prazo. A Deputada solicitou também que a arquiteta comentasse o fato de a Terracap, ao vender o terreno, ter que entregar as áreas já com os estudos. A Sra. Estela Oton de Lima disse que a gestão atual vem tentando descentralizar as questões para que a Terracap consiga vencer os prazos. No regimento não há esses prazos. O Deputado Rôney Nemer disse que a Sedhab foi convidada, mas o órgão só se lembra da Câmara Legislativa quando quer aprovar algum projeto. Passou-se a palavra à Sra. Eliana Ferreira Bermudez, assessora especial do Comitê de Acompanhamento de Obras da Vice-Governadoria. Ela comentou que o Distrito Federal passou por um *boom* da construção civil em cidades como Samambaia e Águas Claras e se conhece a falta de profissionais no setor privado e no governo. Disse que anotou as



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

reivindicações e as levará ao vice-governador. A solução para os problemas será buscada, mas não será rápida. O Deputado Rôney Nemer disse que esse trabalho já deu resultado uma vez, na questão dos puxadinhos. E se mostrou preocupado com a falta de padronização entre as regiões administrativas na análise de projetos. Precisa-se de pré-requisito para análise de projeto, não importa se é indicação política. Se o cargo é para arquiteto, não dá para indicar um psicólogo. Sugeriu detectar onde está o gargalo em algumas cidades e criar uma força-tarefa para resolver os problemas. Em quinze dias, um mês, por meio de decreto, como relatado pelo representante do Ibram. Passou-se a palavra ao Sr. Francisco Machado. Disse concordar sobre a exigência de perfil profissional nas nomeações. Na Coordenadoria, para toda função há um perfil. Afirmou que o marco regulatório causa insegurança tanto aos empresários quanto aos servidores públicos. Foi criado um comitê para dar celeridade ao processo, a partir de um documento que o Sinduscon encaminhou ao vice-governador. E foram criadas inúmeras forças-tarefa em algumas das cidades relacionadas pelo Sinduscon. Busca-se um rito em que o processo seja distribuído no mesmo dia em que chega. Mas as exigências da legislação devem ser cumpridas, sob pena de prevaricação e intervenção do Ministério Público. Sobre o RIT – Relatório de Impacto de Trânsito, sabe-se que foi feito um decreto, que recentemente caiu. Sobre o habite-se, foram sugeridas alternativas que também caíram. Na Casa Civil, discute-se a possibilidade de criar uma normativa para reduzir os caminhos tortuosos dentro do governo. Mas isso não seria suficiente. Na opinião do Sr. Machado, a solução seria rever o marco regulatório. E se precisa de um *checklist* padronizado para todas as RAs. Afirmou que se quer o setor, um dos principais geradores de emprego, pulsante. Precisa-se trazer a indústria para o Distrito Federal, com o devido cuidado com o ecossistema frágil do Planalto Central. Passou-se a palavra ao Deputado Siqueira Campos. Ele comentou que, no início da abertura da ditadura, os governos começaram a criar dificuldades para o setor produtivo, principalmente para as grandes empresas, e ele aprovava. Hoje, percebe que foi um equívoco. Paga-se tudo muito mais caro do que em outros países, que ganham quatro vezes mais do que no Brasil. Observou que o local da audiência não estava lotado e que as mudanças não são feitas sem críticas e sugestões. O Deputado não consegue conceber que, para dar um alvará para alguma empresa, sejam feitas exigências como de impacto de trânsito e de impacto de vizinhança. Informou que se realizará uma audiência pública no dia 16 de agosto sobre os procedimentos de alvará do Corpo de Bombeiros e sugeriu juntar isso e fazer uma legislação mais simples. Afirmou que defende intransigentemente as empresas. Defende a grande empresa; abaixo dela, há uma centena de médias empresas; abaixo das médias, há milhares, milhões de pequenas empresas e, abaixo delas, há o pai de família que precisa do trabalho. Concedeu-se a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. Ela afirmou que o grande problema no Distrito Federal, já de algum tempo, é a questão de não se dar as condições ideais de trabalho para que a construção civil e todos os demais comerciantes tenham condições de gerar renda e, por conseguinte, emprego. Sugeriu que se saia da audiência com uma agenda e se estabeleça um prazo para dar retorno da audiência pública às pessoas. Também sugeriu que se faça um documento no dia seguinte à audiência com a proposta de criação de força-tarefa com representantes da CEB, da Caesb, do Corpo de Bombeiros, da Terracap, da Coordenadoria das Cidades, da Sedhab e do Ibram. A Deputada comentou sobre o GRUPAR – Grupo de Análise e Aprovação de Parcelamentos do Solo e Projetos Habitacionais, criado no Governo Arruda, em que foram juntados vários órgãos e se deu celeridade ao processo. Ressaltou a importância de rever o marco regulatório e sugeriu a criação de um manual técnico a ser distribuído. Deve-se fazer uma consulta, em cada órgão, sobre o mínimo necessário de servidores para dar atendimento e verificar, em cada área, a existência de pessoas aprovadas em concursos e que aguardam nomeação. Propôs reunir uma comissão de empresários e Deputados para visitar o Cindacta e saber qual é a altura máxima permitida. Ao final, comunicou que se criou recentemente uma Comissão de Transparência e Governança, da qual a Deputada e o Deputado Siqueira Campos fazem parte. Esse tema será levado à Comissão na nossa próxima reunião. O Deputado Rôney Nemer observou que nenhum empresário falou o nome da empresa, por medo de retaliação. O Estado não está aí para punir quem reclama. O Estado precisa apoiar a reclamação, se ela for feita de forma correta. Afirmou



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

que a mão do governo é muito pesada: pode ajudar, mas também pode quebrar qualquer empresário. E não se pode permitir isso no governo. Criticou a atuação de alguns arquitetos, que não saem do escritório para visitar uma cidade. Sugeriu que os profissionais façam um rodízio, passem pela Secar, pela Sedhab, pela Agefis e por alguma Administração. O Deputado entende que, se vai para a Sucar, não tem que voltar para a Administração e perguntou o motivo de a Sucar não emitir no próprio órgão o alvará de construção. Comentou sobre o potencial construtivo e criticou a Terracap: disse que ela só visa ao lucro e perdeu a função social. Quanto à atuação do Ministério Público, disse que no Distrito Federal é diferente dos outros estados, pois recebe dinheiro da união. Tem que se ir ao Ministério Público e questionar: “se em Curitiba pode haver alvará social, se no Rio pode haver, por que aqui não pode? Se lá pode haver alvará precário, por que aqui não pode?” Em algumas questões, o Distrito Federal é diferente; mas, quanto ao desenvolvimento, a cidade cresce por si só. Sobre a Telebrasilândia, criticou a lei de regularização, que considerou inócua. Segundo a lei, só vai poder ter dois pavimentos, mas 40% da cidade já possuía três pavimentos. Afirmou que se precisa tirar o poder discricionário da análise de projetos e que a Coordenadoria das Cidades deve alavancar o processo de padronização das ações. Por fim, ressaltou que se deve ter coragem para denunciar as dificuldades e que vai cobrar do Sinduscon e da Abrasco um trabalho junto aos associados; da Sedhab, será cobrada uma atualização da lei. Agradeceu a todos pela presença e encerrou a audiência pública, às 22h19. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Rôney Nemer, e encaminhada para publicação.

Deputado Rôney Nemer
Presidente – CDESCMAT